



Organização  
dos Estados  
Ibero-americanos  
Para a Educação,  
a Ciência  
e a Cultura

EDITAL DE SELEÇÃO 056/2011  
PROJETO OEI/BRA/10/001  
CONTRATA:

A OEI – Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação a Ciência e a Cultura, no âmbito do Projeto BRA/10/001 - Fortalecimento da Capacidade Institucional da Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania em seus Processos de Gestão, Planejamento e Monitoramento das ações de Educação Integral e Integrada, Ambiental, em Direitos Humanos e em educação e Saúde, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando contratação de pessoa física/consultor na modalidade produto, com o seguinte perfil:

**Qualificação 056/01 - Formação Acadêmica:** Diploma de conclusão de nível superior, devidamente registrado, na área de Ciências Humanas ou Sociais reconhecido pelo Ministério da Educação. **Experiência Profissional:** Experiência profissional de no mínimo 02 (dois) anos em coordenação, planejamento, acompanhamento de projetos ou equipes técnicas de trabalho na área de educação ou cultura. **Local de Trabalho:** Brasília-DF (disponibilidade para viagens). **Vagas:** 1 (uma).

Os interessados deverão encaminhar os currículos até o dia 27/04/2011 para o endereço eletrônico: [curriculoselecao@mec.gov.br](mailto:curriculoselecao@mec.gov.br). Serão desconsiderados os currículos remetidos após a data indicada e que não apresentarem o Organismo Internacional, nº da qualificação. Esse edital de seleção estará disponível no site da OEI ([www.oei.org.br](http://www.oei.org.br)) e no site do MEC (<http://www.mec.gov.br>).

Informamos que estas contratações serão efetuadas mediante processo seletivo simplificado (análise de currículo e entrevista), sendo exigido dos profissionais, **no ato da entrevista**, a comprovação da habilitação profissional e da capacidade técnica ou científica compatível com os trabalhos a serem executados.

**Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151 de 22/07/2004 é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de suas subsidiárias e controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional. A execução dos trabalhos previstos não implica em qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica conforme prevê o § 9 do art. 4º do Decreto nº 5.151/2004**

Serão observadas também as regras de interstício presentes no artigo 21, §5º, da Portaria nº 717, de 09/12/2006, do Ministério das Relações Exteriores – MRE.